

História e Geografia: especificações e percepções do ensino no Brasil

Daniela Teles da Silva

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro – PR). Especialização em Metodologia do Ensino de História do Brasil.

Resumo: Este trabalho tem por finalidade apresentar a história da educação no Brasil com enfoque nas disciplinas de História e Geografia. Através de uma contextualização histórica – apresentando e comparando a trajetória e a efetivação das disciplinas –, identifica-se as mudanças educacionais que ocorreram ao longo dos anos. Desta forma, o principal objetivo da pesquisa é evidenciar a importância das disciplinas de História e Geografia, tendo em vista que ambas, dentro de suas especificidades, dialogam e discutem questões sociais, econômicas e políticas, aspirando a relação entre o homem e o espaço, demonstrando as permanências e mudanças decorrentes do seu viver em sociedade.

Palavras-chave: Educação no Brasil; História; Geografia.

Abstract: This work aims to present the history of education in Brazil focusing on the disciplines of History and Geography. Through a historical context – presenting and comparing the trajectory and the effectiveness of the disciplines –, identifies the educational changes that have occurred over the years. In this way, the main objective of the research is to highlight the importance of the disciplines of History and Geography, considering that both, within their specifics, dialogue and discuss social, economic and political issues, aspiring to the relationship between man and space, demonstrating the permanencies and changes resulting from their living in society.

Keywords: Education in Brazil; History; Geography.

Introdução

O Brasil do século XX apresenta importantes mudanças políticas e sociais, especialmente no que diz respeito à educação. Essas mudanças estão relacionadas a dois fatores, sendo eles a ditadura militar – que se estendeu de 1964 até 1985 – e o processo

de redemocratização do país que se inicia em meados de 1980 e se consolida enfaticamente em 1985. Este momento traça importantes rumos para a consolidação das disciplinas de História e Geografia, pois com as mudanças sociais, políticas e econômicas, modifica-se a forma de pensar a sociedade, da mesma forma como o ensino “constitui-se alvo de especial atenção dos planejadores da educação” (FONSECA, 2003, p. 18).

Durante o período militar, o currículo escolar transformou-se. As disciplinas que instigavam o pensamento crítico foram utilizadas em prol dos interesses do Estado, onde o objetivo principal era “atender as exigências políticas de construção da civilização ideal” (DIAS, 2008, p. 90), formando cidadãos aptos ao trabalho, impossibilitados de contestar ou criticar o que lhes era imposto, tanto pela escola como pelo próprio Estado.

Com a Constituição implementada em 1967, há a “desobrigação” do Estado em auxiliar e investir no sistema educacional. Em 1968 são repensadas as políticas educacionais, iniciando o processo de reforma universitária que “atacava duramente a organização do movimento estudantil, a autonomia universitária e a possibilidade de contestação e crítica no interior das instituições de ensino superior” (FONSECA, 2003, p. 17).

Neste contexto surgem as chamadas “licenciaturas curtas” em 1969, com o decreto-lei 547/69, diminuindo o período dos cursos de licenciatura. Eram cursos considerados inferiores, portanto, vistos com menor necessidade de investimentos. Reforçada mais tarde pela lei nº 5692/71 em 1971, o ensino escolar também sofre várias alterações, tendo em vista que a formação dos profissionais do ensino é modificada.

Se das licenciaturas espera-se o suporte para o pensamento crítico e uma instrução pensante acerca dos problemas sociais, neste momento as disciplinas de História e Geografia acabam sendo severamente reduzidas, mantendo a alienação da sociedade. As licenciaturas curtas formaram “uma geração de professores polivalentes” (FONSECA, 2003, p. 20), que ministravam aulas de diversas disciplinas, bem como História e Geografia. O principal objetivo era desfigurar as humanidades, desta forma, os professores possuíam uma formação que não lhes transmitia a necessidade de criticar e refletir a respeito da sociedade.

Além disso, em 1969, a lei nº 869/69 tornou obrigatório nas escolas a disciplina de Educação Moral e Cívica e, em 1971, a lei nº 5692/71 também tornava obrigatório os Estudos Sociais (junção de História e Geografia). O Estado buscava conter e influenciar

os jovens estudantes, fazendo-os perder certa autonomia e visão crítica, vinculando-os ao ideal da moral e civismo, dificultando a contestação e reflexão acerca de sua realidade social. Fato esse que foi modificado apenas em meados de 1983 quando a população exige maior liberdade política, crítica e cultural em meio à sociedade.

Neste contexto, identificando os rumos da educação no país, voltado para as disciplinas de Geografia e História, é que este trabalho se insere com o objetivo de apresentar algumas das mudanças que ocorrem nas bases de ensino e diretrizes escolares, do período militar à redemocratização.

Diversos autores abordam a educação no Brasil apontando os ensinamentos de História e Geografia. Fonseca (2003) indica o papel da educação estendendo-se desde 1964, com o início da ditadura militar, até 1997, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Analisa os acontecimentos significativos desta época, porém dando enfoque à História como disciplina, sendo esta vinculada ao meio social e cultural que estava em constante mudança, principalmente nos últimos anos do século XX.

Detendo-se à disciplina de Geografia, Carvalho (2014) analisa os livros didáticos da Primeira República. Seu recorte estende-se de 1889 a 1930, tendo por objetivo identificar a construção de uma “ideologia nacional” a partir dos discursos presentes nesses materiais didáticos, buscando compreender a relação entre este contexto e a consolidação da Geografia como disciplina escolar no Brasil.

Tratando sobre o estudo de Geografia na atualidade, Oliveira (2011) analisa as dificuldades existentes ao tratar de assuntos relacionados ao ambiente, linhas territoriais e o meio social, sendo que a realidade do aluno é muitas vezes diferente do que se estuda; deste modo, demonstra métodos de adequação e percepção da sociedade a partir do ensino de Geografia, visando inserir os alunos das diversas classes sociais no meio escolar.

Refletindo sobre os Estudos Sociais e a Educação Moral e Cívica, Pereira (2014) contextualiza as disciplinas de História e Geografia, retratando a política educacional reformulada no período da ditadura militar brasileira, identificando as leis e decretos que modificaram ambas as disciplinas e a educação de maneira geral no período apresentado.

Identificando as diferentes abordagens sobre o assunto e enfatizando a relevância do mesmo, este trabalho tem por finalidade apresentar a história da educação no Brasil com enfoque nas disciplinas de História e Geografia. Tendo em vista que durante muito tempo a educação no Brasil esteve fortemente vinculada às propensões do

Estado, ambas as disciplinas foram utilizadas como ferramentas políticas por muitos anos. Desta forma, apresentando e comparando a trajetória e a efetivação das disciplinas, evidenciam-se as mudanças educacionais que ocorreram ao longo dos anos, especialmente durante a ditadura militar, em 1964 – quando as disciplinas são unidas e despolitizadas, tornando-se os Estudos Sociais –, até 2001, com a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino, assegurando a separação e permanência das disciplinas no currículo escolar. O principal objetivo da pesquisa é evidenciar a importância das disciplinas de História e Geografia, tendo em vista que ambas, dentro de suas especificidades, dialogam e discutem questões sociais, econômicas e políticas, aspirando à relação entre o homem e o espaço, demonstrando as permanências e mudanças decorrentes do seu viver em sociedade.

História e Geografia: especificações e relações

A História é popularmente conhecida como a “Ciência que estuda o passado”. Portanto, pode ser denominada como o estudo das ações do homem no tempo, possibilitando comparar entre diferentes tempos e espaços as diferentes sociedades e formas de organizações conhecidas. Assim, percebe-se que apesar de o passado ser o principal objeto de estudo da História, ele não é o único, pois através do passado buscam-se evidências para interpretar também o presente.

Conhecendo o passado, através da disciplina de História, o aluno pode entender como foram formadas e porque são desenvolvidas muitas ações que envolvem seu cotidiano, localidade, país e até o mundo. Através da história entende-se como foram formadas as diversidades culturais e sociais entre os diversos tipos de localidades e povoados (MIRANDA; SHIER, 2016, p. 25).

Por meio de fatos, personagens ou fontes históricas, busca a compreensão de determinados grupos, culturas, civilizações ou períodos. Compreende-se que a História serve como orientação social, cultural e política do mundo, pois conforme se conhece as diversas formas sociais do homem, o local em que ele vive e os seus valores e percepções, o aluno consegue perceber as rupturas e permanências de determinado meio, e como isso afeta o seu meio social no tempo presente.

O ensino de História é fundamental para transmitir conhecimento acerca de diferentes locais, ambientes, e não apenas o espaço em que o aluno se situa. Conhecendo a história do seu estado, país e de todo o mundo, o aluno consegue compreender suas bases culturais, políticas, econômicas, religiosas, e percebe a diversidade social existente, tanto em seu próprio país, como em todo o mundo. Desta forma é possível compreender o que se passa em seu cotidiano, no seu presente, conhecendo a história das civilizações, sociedades em diferentes tempos e espaços.

A Geografia, por outro lado, é denominada “Ciência do espaço”. Inicialmente centrava seus estudos na relação homem/natureza, baseados em Emmanuel Kant, pois, para ele, o “homem e a natureza eram inseparáveis, havendo uma relação interdependente entre ambos que produzia uma síntese desses dois elementos” (RIBEIRO, 2011, p. 821).

A interação e a exploração humana na natureza em busca de recursos acabam por modificar as condições ambientais, resultando também em mudanças sociais. O homem vive em contato com a natureza, com o ambiente, desta forma, o estudo de Geografia não estuda apenas mapas, relevos e planícies, ou a atmosfera e as camadas terrestres, mas também estuda a interação social do homem com a natureza e as mudanças resultantes disso.

Uma vez que o ambiente é transformado a partir de ações humanas, modificando a vegetação, o solo, em prol de um desenvolvimento da sociedade industrial ou agrícola e também o desenvolvimento de toda uma civilização, o geógrafo – profissional da ciência geográfica – busca compreender as constantes mudanças e transformações da natureza, e os vínculos produzidos através dessas relações. “A geografia, em seu processo de desenvolvimento histórico como área do conhecimento, veio consolidando teoricamente sua posição como ciência que busca conhecer e explicar as múltiplas interações entre a sociedade e a natureza” (BRASIL, 2001, p. 10).

A Geografia estende-se acerca de questões da sociedade, do Estado e de diferentes grupos, analisando as suas relações com esse meio. Deste modo, também mantendo perspectivas e comportamentos políticos e sociais, não apenas espaciais.

Com práticas, fontes e metodologias distintas, a História e a Geografia analisam elementos culturais, políticos e econômicos; despertando o interesse a respeito de questões sociais e ambientais, objetivando o entendimento histórico e geográfico dos sujeitos acerca do meio em que se encontram. Desta forma, é possível perceber a relação entre as disciplinas de humanas, servindo como base para o conhecimento

humano, social e cultural dos sujeitos; este é o aspecto que torna ambas as disciplinas essenciais para o desenvolvimento humano, portanto, mesmo com suas distinções e métodos, tanto a História como a Geografia ocupam enorme espaço em meio à construção intelectual da sociedade.

História e Geografia: a efetivação enquanto disciplinas

O fato de o Brasil ter sido colonizado pelos portugueses desde 1500 acabou por influenciar diretamente na concepção da educação brasileira. Os processos educacionais europeus são introduzidos no Brasil desde os jesuítas, tendo maior importância e influência a partir do século XVIII, quando o ensino ganha novas concepções. Porém, apenas com a Constituição em 1824 é que se molda o sistema nacional de educação, com a criação de escolas e universidades. “Tal Carta Magna continha um tópico específico em relação à educação. Ela inspirava a ideia de um sistema nacional de educação” (GHIRALDELLI, 2001, p. 16).

A História como disciplina escolar é implementada no século XIX, quando começa surgir os primeiros manuais para seu ensino. O mesmo ocorre com a Geografia, que foi denominada disciplina quando crescem o número de produções cartográficas e geográficas. No Brasil, ambas as disciplinas foram inseridas no currículo escolar em meados de 1837, visando incorporar a história da nação ao ensino.

A disciplina de História era vinculada à memorização dos heróis e dos grandes feitos, incitando a moral e o civismo. Apresentava conteúdos como a História Cristã e História Eurocêntrica, mais tarde sendo incorporado o conteúdo de História do Brasil, evidenciando a necessidade de instigar o patriotismo em meio à sociedade. A Geografia também se detinha à memorização. Os alunos deveriam decorar nomes de rios, montanhas, serras, cidades, capitais, ilhas, relevos; além de enaltecer a nação, demonstrando suas riquezas através de dados estatísticos.

Com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) em 1838, a História e a Geografia ganham maior espaço no campo disciplinar, sendo determinadas novas metodologias para o ensino das mesmas, enfatizando a exaltação da nação. Em 1839, o IHGB “publicava o primeiro número de sua *Revista Trimestral*, a mais antiga em circulação no Brasil. Desde essa época, suas páginas publicaram monografias e teses relativas à história e à geografia do nosso país” (NISKIER, 1995, p. 115).

Transformando a elite, o homem branco e o Estado nos principais personagens da história oficial do país, ao lado dos grandes heróis e seus feitos, o IHGB acabou por afetar não apenas o ensino, como também a produção historiográfica, que se voltou a produções iluministas, tendo caráter linear, conservador e católico; a história produzida baseava-se apenas nas mais altas camadas sociais, tornando-se excludente.

Buscando difundir o ideal de progresso, o objetivo do IHGB era escrever a história oficial do Brasil, apresentando estatísticas e dados que provassem que o país poderia chegar ao “conceito europeu”, ou seja, sem a desordem e as desigualdades que eram mascaradas na história oficial do país.

Novos métodos de ensino ganham forma em 1889 com a instauração da República, porém o patriotismo e a formação da identidade nacional ainda estavam fortemente presentes entre os objetivos do ensino da época. Os materiais serviam como manobra às propensões do Estado, retratando assuntos como o progresso e a modernização do país. Deste modo, a História, juntamente com a Geografia e a Educação Moral e Cívica, “constituíram os conteúdos fundamentais para a formação nacionalista e patriótica, sedimentando o culto aos heróis e a criação de ‘tradições nacionais’ nas aulas e nas festas cívicas” (BITTENCOURT, 2008, p. 66).

A História voltava-se à alfabetização visando uma “cidadania política”. Por meio dos heróis nacionais e festas cívicas, representavam-se os grandes feitos da nação em uma linha cronológica entre “outros esquemas comparativos e analógicos que, por sua vez, auxiliavam na memorização” (BITTENCOURT, 2008, p. 85), apresentando nomes e datas importantes para a construção da pátria, incentivando o amor e o respeito à República, trazendo leituras com exemplos de caráter, bravura e heroísmo, instruindo os alunos aos exemplos que deveriam ser seguidos para o bem e o progresso da nação.

A Geografia da época republicana tinha como função expor através dos mapas os limites territoriais tanto municipais como estaduais, e até mesmo as fronteiras e limites do nosso país em relação aos demais. Vinculado aos ideais nacionais, o ensino de Geografia passou a demonstrar uma imagem de respeito e amor pela pátria, evidenciando e impondo aos alunos que era preciso lutar por essa pátria sempre que fosse necessário, formando, assim, um futuro “soldado patriota”.

Desta forma, tanto a História como a Geografia foram “manipuladas” visando atender demandas políticas, inserindo determinados pensamentos em meio à sociedade, buscando manter o controle social.

As principais tendências, tanto da História como da Geografia, foram marcadas pelo Positivismo, sendo conhecidas como “história tradicional” e “geografia tradicional” até o fim do século XIX. Esse estudo concebia-se através dos “grandes acontecimentos diplomáticos, políticos e religiosos do passado” (FONSECA, 2003, p. 41), ou seja, havia certa neutralidade a assuntos específicos de cada disciplina, sem ligação com o meio social. O único intuito era o de exaltar a nação.

Apenas no início do século XX surge a Escola dos Annales como crítica ao Positivismo. Vinculada às mudanças sociais e políticas que ganham molde no período, modifica-se a historiografia; desta forma novas abordagens, fontes e métodos são incorporados, bem como a ampliação de temas e debates em sala de aula, o que auxilia no progresso das disciplinas de humanas.

Buscando englobar o ensino aos novos moldes da época, na década de 1930 começa-se a organizar a formação dos professores – após praticamente um século sem profissionais e materiais qualificados, devido à falta de um ensino sistematizado no país. Em 1929 surge o Curso Livre Superior de Geografia, seguidamente houve a

Criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, contando com curso superior de Geografia; a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1935; a criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1937; além da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1939 (RIBEIRO, 2011, p. 825)

Buscando instigar e desenvolver o sentimento de nacionalismo entre os brasileiros da mesma forma como a disciplina de História, que está nos currículos escolares desde 1837, somente em 1934 foi criado o primeiro curso de História na “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo” (DIAS, 2008, p. 56). Seguidamente, em 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal, o curso de História ganha mais espaço na academia; e em 1939 surge o curso na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, iniciando as bases da profissionalização dos professores de História.

Ao longo dos anos, a educação começa a modificar-se, juntamente com a sociedade; concomitante a isso, novos métodos de ensino e pensamentos são incorporados. A História e a Geografia se desenvolvem como disciplinas que buscam instruir os alunos, instigando o pensamento a respeito das questões sociais, ambientais e

políticas. O grande problema é que o meio escolar ainda permanece constituído por uma série de objetivos políticos estabelecidos em seu interior. Desta forma, atende determinados propósitos, podendo ser econômicos, tecnológicos ou industriais, conforme o espaço e a época inserida, o que resultou em certas dificuldades ao lecionar determinadas disciplinas.

Neste sentido, com a instauração da ditadura militar em 1964, o modelo de ensino busca atender determinados interesses. Ambas as disciplinas passam a ganhar novos objetivos de estudo e mudanças são realizadas, tanto na formação acadêmica dos profissionais do ensino, como nas disciplinas de maneira geral. “A escola passa a ser responsável pela formação de mão de obra para as indústrias em pleno processo de crescimento. Espera-se que a educação escolar treine os trabalhadores e os prepare para o trabalho” (RIBEIRO, 2011, p. 828).

Houve, então, a junção das disciplinas de História e Geografia, objetivando por meio de gráficos e documentos oficiais mostrar as riquezas e o desenvolvimento através dos números e fatos, além de preparar os alunos apenas para o mercado de trabalho. Essa era a função da nova disciplina que foi denominada “Estudos Sociais”, auxiliada pela disciplina de Educação Moral e Cívica.

Foi na década de 1980 que esse método de ensino começa ser alterado, juntamente com o processo de redemocratização, separando novamente as disciplinas. Somente com as várias mudanças provindas com a nova Lei de Diretrizes e Bases em 1996 e, em 2001, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de História e Geografia, é que surge definitivamente um novo modelo de ensino, visando a melhor formação do profissional da educação.

Estudos Sociais: união e separação das disciplinas

O ano de 1964 trouxe consigo importantes mudanças. Durante a ditadura militar, a educação “sofreu profundas reformas que buscavam, como principal objetivo, reformular e adaptar o sistema educacional aos objetivos políticos e ideológicos implantados” (PEREIRA, 2014, p. 2).

Visando modificar as políticas educacionais, em 1971 surge a lei nº 5.692, que acrescenta ao currículo escolar a disciplina de Estudos Sociais, sendo esta uma junção das disciplinas de Geografia e História. Essa nova disciplina foi utilizada para difundir ideologias e propagandear o governo.

Neste momento, os professores, especialmente das disciplinas de humanas, “tiveram algumas limitações ao lecionar” (PEREIRA, 2014, p. 608), considerando que essas disciplinas estão relacionadas aos acontecimentos ligados a questões políticas do país, trazendo consigo importantes debates e críticas acerca do desenvolvimento da sociedade. Desta forma foi criada a disciplina de Estudos Sociais, introduzindo um sentimento cívico e obediente em meio aos alunos e à população.

A disciplina de Estudos Sociais teve origem no século XX e estava vinculada ao ideal de uma educação centrada no aluno e no meio social em que ele vive, porém não era obrigatória. No período da ditadura militar essa disciplina foi reformulada e, juntamente com a disciplina de Educação Moral e Cívica, utilizada como ferramenta do Estado, tendo em vista que

tinham por grande finalidade buscar cidadãos de acordo com o que o país estava precisando naquele período. Os formuladores dos métodos disciplinares entendiam que era preciso o professor inserir no aluno a magnificência da pátria e seu amor e despojamento a esta. Já nas perspectivas dos militares, sem os meios didáticos e as informações necessárias aos questionamentos da organização do país, a capacidade de questionamento da população se limitaria. Com isso, houve uma reordenação do ensino de História [e Geografia], visando garantir que os conteúdos estudados não comprometessem o programa político do governo e que os próprios professores fossem formados dentro de novas diretrizes curriculares (PEREIRA, 2014, p. 1).

Houve a necessidade da “despolitização” do ensino escolar, retirando a “independência” que as disciplinas de humanas tinham, uma vez que estavam relacionadas a assuntos políticos e sociais. O objetivo era formar cidadãos aptos ao trabalho, retirando a cientificidade do ensino e incorporando algo que fosse mais prático, eficaz e técnico, logo, o aluno pouco analisava, refletia ou criticava – um aprendizado mecânico e manipulado pelo Estado.

Os livros e materiais didáticos da época foram utilizados para influenciar a população que, pela falta de conhecimento, não compreendia ou percebia essa manipulação. Com a disciplina de Estudos Sociais, os professores eram qualificados apenas a ajustar os alunos à ordem, sem contestar ou compreender sua realidade. Os alunos, por consequência, estavam fadados a apenas observar, sem refletir, não se viam

e nem se percebiam como sujeitos construtores de sua própria realidade e da história como um todo, ou seja:

Introduzir as disciplinas sobre civismo significa impor a ideologia da ditadura, reforçada pela extinção da Filosofia e diminuição da carga horária de História e Geografia, que exerce a mesma função de diminuir o senso crítico e consciência política da situação (VEDANA, 1997, p. 54).

A História e a Geografia perdem seu sentido e sua função original perante a sociedade. Eram disciplinas que instigavam o pensamento crítico dos alunos acerca dos problemas e mudanças ambientais, sociais, políticas e culturais. Tudo está relacionado. Apesar de serem disciplinas distintas, abordam temas a respeito do desenvolvimento da sociedade, o que prejudicaria o governo vigente, caso fossem demonstrados dados e fontes que representassem fatos sobre a realidade do país.

Com o processo de redemocratização a partir de 1980, ocorrem modificações educacionais, tendo como objetivo “realizar uma mudança consistente nos conteúdos e métodos de ensino escolar, priorizando o estudo das ideologias políticas, econômicas e sociais, mas também das relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza” (RIBEIRO, 2011, p. 832).

Apesar da censura do período militar, a década de 1970 trouxe mudanças que foram amplamente reforçadas na década de 1980. Surge uma demanda por novos temas e estudos, visando englobar as diversas classes da sociedade. Buscando libertar os ideais até então reprimidos, as disciplinas de História e Geografia retornam aos currículos escolares separadamente, preocupando-se em criar cidadãos críticos e produtores de conhecimento.

Procurava-se vincular o ensino à formação de uma nova sociedade pautada na democracia, voltando-se à realidade social, local, política, econômica e cultural em que o aluno estava inserido.

Definitivamente o conceito de história [e geografia] alargara-se para incorporar temas e assuntos antes não valorizados e considerados menores. A própria historiografia brasileira passou por uma releitura: buscou-se a identidade nas diferenças – de espaço, de formação, de organização, de história, de lutas e de resistências. O regional e a história local foram cada vez mais estudados em suas obrigações no

nacional e no social, em diversos programas de pós-graduação que se distribuíram pelo espaço brasileiro (NADAI, 1992-1993, p. 157).

Percebendo a importância do ensino para o desenvolvimento social e intelectual, a nova Constituição criada em 1988 põe em pauta a necessidade do aumento nos investimentos educacionais. Alguns anos mais tarde, longos debates resultam na efetivação da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB 9.394/96) em 1996.

Alguns anos mais tarde, através do parecer CNE/CES nº 492/2001, deferido em 3 de abril de 2001, são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História, Geografia, Filosofia, Letras, entre outros; e enfatiza-se a importância de tais disciplinas visando uma melhor formação dos profissionais para o ensino e pesquisa das áreas mencionadas.

Quanto ao aspecto qualitativo, as principais mudanças referem-se a uma visão mais flexível do conteúdo escolar que permita atender às realidades locais, assim como exercitar diferentes linguagens e habilidades, não só intelectuais como também afetivas, éticas, estéticas e motoras. Desta maneira, os conteúdos não são mais o fim do processo educacional, mas sim o meio para efetivar as habilidades necessárias rumo à real capacitação do aluno no pleno exercício da vida cidadã (FERRAZ, 2011, p. 171).

Objetivando a melhoria do ensino tanto do aluno como do professor, modifica-se a grade acadêmica. O período dos cursos, bem como os estágios e demais atividades complementares, foram adequados a fim de estabelecer uma formação mais aperfeiçoada. Diferente do que era proposto anteriormente, o professor passa a preocupar-se com o desempenho de seus alunos, formando diálogos e debates, tencionando a aprendizagem e a cidadania.

Importantes temas e debates mundiais estão vinculados tanto à História como à Geografia. A reorganização mundial, as mudanças e limites territoriais e modificações ambientais em geral são exemplos de assuntos ligados e estudados na Geografia, porém mostram mudanças significativas vinculadas também à História, portanto, para entender as mudanças geográficas – sendo elas, territoriais ou ambientais – torna-se necessário compreender a história e o contexto espacial e temporal apresentado. São disciplinas que envolvem

relações entre diferentes identidades e contextos, entendimento de ações passadas e presentes, análise da realidade na qual o aluno está inserido, percepção de momentos de permanência e rupturas nas diferentes esferas sociais e aspectos pertencentes ao cotidiano, possibilitando uma reflexão sobre sua realidade e de outras distantes. A garantia da compreensão sobre sociedades, noções de temporalidade e espaços diversos (MONTEIRO, 2017, p. 1392).

Evidencia-se a fundamental importância de ambas para o desenvolvimento social e espacial dos alunos. Isso não significa que devem ser apresentadas e ensinadas juntamente, como ocorria no contexto da ditadura militar, pois cada uma possui uma especificidade. Porém, é importante demonstrar a partir deste ponto que as mais diversas ciências acabam por complementar-se, auxiliando desta forma no ensino e desenvolvimento das diversas sociedades existentes.

No caso específico das disciplinas de História e Geografia, é importante compreender os estudos acerca das questões sociais, territoriais, políticas e culturais que ambas evidenciam com seus próprios métodos e especificidades, auxiliando os alunos no processo de aprendizagem, principalmente quando se remete ao seu viver em sociedade e as diversidades encontradas nesse meio.

Através de abordagens distintas, as duas disciplinas produzem conhecimento histórico e geográfico a respeito do país em que o aluno se situa, bem como de todo o mundo. Analisando as modificações e permanências, bem como seus vínculos com as condições climáticas, culturais e políticas estabelecidas ao longo dos anos.

As disciplinas de humanas voltam-se aos problemas sociais e ambientais, bem como apresentam debates e críticas acerca da sociedade e das políticas implantadas. No contexto atual, com os gastos voltados à educação severamente reduzidos, compreender a importância da educação e da problematização de questões cotidianas auxilia a compreensão do aluno acerca do seu passado e do seu presente. Neste momento, as disciplinas de História e Geografia mostram-se essenciais para a manutenção do pensamento crítico e compreensivo dos alunos que irão construir o futuro.

Considerações finais

O início do ensino no Brasil esteve fortemente vinculado às propensões do Estado, servindo como instrumento pedagógico e político que objetivava a construção

da história e da identidade nacional. Neste sentido, disciplinas como a História e a Geografia foram utilizadas como ferramentas para a compreensão das relações de trabalho, comércio e limites, e diversas vezes serviam ao objetivo de aceitação e proteção do Estado.

Demonstrar e comparar a trajetória dessas disciplinas torna-se importante, visto que ambas têm enorme peso em meio à sociedade, pois vinculam entre seus estudos aspectos políticos, culturais e econômicos que apontam a relação entre o homem e seu viver em sociedade.

Durante o período da ditadura militar brasileira, várias leis foram criadas e/ou modificadas objetivando mudanças tanto na profissionalização dos professores como na aplicação do ensino nas escolas e universidades. Deste modo, havia a preocupação na forma como eram expostos e ensinados os conteúdos, pois, modificando os objetivos e a forma de ensinar, mantinha-se o controle da escola e do conhecimento dos indivíduos.

Neste contexto, percebe-se que a lei nº 5.540/68, de 1968, o decreto-lei 547, de 1969, e a lei nº 5.692/71, de 1971, foram utilizadas como manobra do Estado para assegurar e proteger os interesses da elite e, principalmente, dos militares. Sendo modificadas apenas durante a redemocratização do país, em meados de 1983, conseguindo garantias de estabilidade no meio educacional somente em 2001, com a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ambas as disciplinas abordadas neste trabalho, ciências que se unem em muitos aspectos, mesmo com seus próprios métodos e fontes em particular, objetivam fins semelhantes, tais como o de mostrar as transformações territoriais e sociais. Com esses meios criam-se as bases de toda a história humana e geográfica/ambiental, demonstrando e analisando como as lutas sociais, interesses de classes e guerras modificam a estrutura mundial, tanto no campo político como cultural e territorial.

Por conta da grande importância dessas disciplinas, em vários momentos houve o receio de que elas poderiam causar ao governo vigente. Visando proteger seus interesses, os militares acabam por diminuí-las e despolitizá-las, buscando mais segurança e menos críticas. Devido à grande contribuição da História e da Geografia, tanto como ciências e como disciplinas, várias mudanças ocorreram ao longo dos anos, algumas delas tencionando conter os seus impulsos e outras pretendendo aumentar o potencial de ambas em meio à sociedade.

A História e Geografia são disciplinas que podem tanto instruir como alienar, por tratarem de dados, estatísticas e documentos que podem ser manipulados em prol de

determinados objetivos. Por isso, ao longo da história, tanto no contexto nacional (o que foi aqui citado) como no contexto internacional, têm sido ciências e disciplinas muito poderosas que diversas vezes foram utilizadas de forma errônea, visando apenas a aceitação e proteção dos interesses de determinados grupos.

Através da trajetória apresentada, demonstra-se que as ciências humanas apresentam enorme influência no currículo escolar e na formação de sujeitos compreensivos e pensantes. Ao mostrar o enorme peso social e político que as disciplinas de História e Geografia possuem, é importante salientar a necessidade de mantê-las no currículo escolar, bem como definir uma carga horária relevante ao estudo dos diversos conteúdos e abordagens sociais, temporais, políticas e espaciais que ambas as disciplinas apresentam.

Evidenciando que o objetivo da História e da Geografia – tanto como ciências como quanto disciplinas – está centrado em auxiliar na compreensão das relações de trabalho, de comércio, os limites espaciais, as modificações territoriais, enfim, de toda produção humana, forma-se alunos como sujeitos produtores da história, que observam, descrevem e comparam, visando, desta forma, à formação intelectual do sujeito, estimulando sua participação no desenvolvimento da sociedade para que não sejam apenas meros expectadores do que já foi realizado.

Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 469-602, 2009.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: BARBOSA, RUI. *Obras completas de Rui Barbosa*. v. X, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1883.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES 492/2001*. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação

Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília (DF): abr. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2018.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. A construção da nação nos livros didáticos de Geografia da primeira república. *Giramundo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 55-65, 2014.

CASSAB, Clarice. Reflexões sobre o ensino de Geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 43-50, 2009.

CERRI, Luis Fernando. Os objetivos do ensino de História. *Revista História & Ensino*, Londrina, v. 5, p. 137-143, 1999.

DIAS, Sueli de Fátima. *A prática pedagógica do professor de História: um estudo de suas percepções nos colégios estaduais de Apucarana-PR (1990)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. A geografia da educação na sociedade do conhecimento: sombras do desconhecimento. In: NUNES, Flaviana Gasparotti (org.). *Ensino de Geografia: novos olhares e práticas*. Dourados: UFGD, 2011. p. 157-198.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. São Paulo: Papirus, 1993.

_____. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003.

_____; COUTO, Regina Célia do. A formação de professores de história no Brasil: perspectivas desafiadoras no nosso tempo. In: FONSECA, Selva Guimarães;

ZAMBONI, Ernesta (orgs.). *Espaços de formação do professor de história*. Campinas: Papirus, 2008. p. 101-130.

GHIRALDELLI, Paulo. *Introdução à educação escolar brasileira: história, política e filosofia da educação* [versão prévia]. São Paulo, 2001.

HÖFLING, Maria Arlete Zülzke. As páginas de história. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 60, p. 179-188, ago. 2003.

JENKINS, Keith. O que é a história? In: JENKINS, Keith. *A história repensada*. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001. p. 23-52.

MENEZES, Fernando Vendrame. A educação e o ensino de história no Brasil: alguns apontamentos. In: XXVI Simpósio Nacional de História. *Anais*. ANPUH. São Paulo, 2011, p. 1-12.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno. *Educação em Foco*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 24-40, 2016.

MONTEIRO, Maria Iolanda. A formação docente e o ensino de história e geografia no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 54, p. 1377-1397, 2017.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 143-162, set. 92-ago. 93.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de história no Brasil: percurso histórico e periodização. *História Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 265-304, 2013.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. *A cartografia escolar e o ensino de geografia no Brasil: um olhar histórico e metodológico a partir do livro didático*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Para pensar cultura escolar a partir da periferia globalizada. In: NUNES, Flaviana Gasparotti (org.). *Ensino de geografia: novos olhares e práticas*. Dourados: UFGD, 2011. p. 129-155.

OLIVEIRA, Thiago Luiz dos Santos. Os fundamentos da história enquanto ciência e disciplina escolar: paradigmas e orientações delineadoras. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 10, n. 13, p. 37-52, 2015.

PEREIRA, Jefferson da Silva. O ensino das disciplinas de moral e cívica e de estudos sociais durante a ditadura militar (1964-1985). In: XIV Encontro Regional de História: 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil. *Anais*. Campo Mourão, 2014, p. 607-617.

_____. O ensino de história durante a ditadura militar (1964-1985). *XXV Semana de Ciências Sociais: 50 anos do golpe militar* – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 8-10 abr. 2014, p. 1-10.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. “Por uma história prazerosa e consequente”. In: Leandro Karnal (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e proposta*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 17- 36.

RIBEIRO, Márcio Willyans. Origens da disciplina de geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 817-834, 2011.

R.IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo I, n. 1, 1839, p. 5-6.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. A história e os estudos sociais: o Colégio Dom Pedro II e a reforma educacional da década de 1970. XXVI Simpósio Nacional de História. *Anais*. ANPUH. São Paulo, 2011, p. 1-15.

_____; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de estudos sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 28, n. 53, p. 145-178, 2015.

VEDANA, Léa Maria Ferreira. A educação em Santa Catarina nos anos 60. *Esboços*, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 39-46, dez. 1997.

YAMAMOTO, Oswaldo H. Educação e tradição marxista no Brasil. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. único, n. 10, p. 33-43, 1997.